

FARIA, Caetano de

* militar; ch. EME 1910-1914; min. Guerra 1914-1918; min. STM 1919-1934.

José Caetano de Faria nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 21 de março de 1855, filho de Caetano José Faria e de Adelaide Lima de Faria.

Segundo sua fé de ofício, sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha em 2 janeiro de 1868. Em 1871, seguiu para o Paraguai integrando as tropas de ocupação que, após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), permaneceram naquele país até 1874. Ao retornar, foi promovido a alferes em 4 de dezembro de 1875, a tenente em 7 dezembro de 1878, e a capitão em 26 de agosto de 1884. Como capitão, comandou o 2.º Esquadrão de Cavalaria. Em 27 de abril de 1891 chegou a major e ainda no mesmo ano assumiu o comando do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Policial, no Rio de Janeiro, já então Distrito Federal. Em seguida, comandou o Regimento Policial do Distrito Federal, de 1892 a 1896. Nesse comando, durante toda a Revolta da Armada, em 1893 e 1894, lutou em defesa da legalidade. Por seu envolvimento no conflito, foi promovido por merecimento a tenente-coronel em 23 de julho de 1894.

Em 24 de outubro de 1902, também por merecimento, foi promovido a coronel. Passou a comandar, então, o 1.º Regimento de Cavalaria do Exército, cargo que deixou por ter sido, em 24 de julho de 1905, promovido a general de brigada. Comandou a seguir o 4.º e o 5.º distritos militares, na capital federal e nos estados de Santa Catarina e Paraná, assim como a 1.ª Brigada Estratégica. Organizou a 9.ª Região Militar, da qual foi inspetor, e em 21 de janeiro de 1909 assumiu o comando da 1.ª Região Militar, permanecendo na função até 25 de novembro do ano seguinte. Pouco antes, a 14 daquele mesmo mês, fora promovido a general de divisão.

Com a ascensão do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República (1910-1914), foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), cargo que exerceria até 1914. Data dessa época a intensificação de seus contatos com o grupo de jovens oficiais que, tendo cumprido estágio no Exército alemão entre 1906 e 1912, haviam retornado ao Brasil

dispostos a promover uma campanha de modernização do Exército brasileiro. Em 1913, surgiu a revista *Defesa Nacional*, publicada por membros desse grupo, conhecido como “jovens turcos” numa alusão ao movimento ativo no processo de modernização da Turquia. Já no segundo número da revista, iniciou sua colaboração assinando a coluna intitulada “Atualidade militar”. Nela apresentava propostas de remodelação e aperfeiçoamento do Exército que em quase tudo concordavam com as teses defendidas pelos “jovens turcos”, principalmente a instituição do serviço militar obrigatório, a redistribuição das tropas pelo território nacional, o reaparelhamento do Exército e a reforma do orçamento do Ministério da Guerra.

MINISTRO DA GUERRA

Quando Venceslau Brás assumiu a presidência da República, em 15 de novembro de 1914, foi nomeado ministro da Guerra, sucedendo ao general Vespasiano de Albuquerque e Silva. Assumindo a pasta com o apoio dos “jovens turcos”, especialmente do grupo responsável pela revista *Defesa Nacional*, escolheu um dos membros de sua redação, o tenente Estêvão Leitão de Carvalho, para oficial de gabinete. Sua gestão, seguindo sua formação positivista, iria procurar promover reformas que resultassem no progresso institucional, e principalmente a mudança no sistema de serviço militar.

Já em 4 de janeiro de 1908, havia sido promulgada a Lei nº 1.860, que instituía o alistamento militar obrigatório e os sorteios militares, com a finalidade de trazer para o Exército elementos de todas as classes sociais, pois até então prestavam serviço militar em suas fileiras apenas os jovens egressos das classes menos favorecidas. Os mais ricos cumpriam o serviço militar na Guarda Nacional, organização criada em 1831 para substituir as milícias locais e que na época se encontrava em franca decadência como corporação militar.

Após dedicar o primeiro ano de sua gestão na pasta da Guerra à remodelação do Exército, redistribuindo as grandes unidades pelo território nacional e cuidando da renovação do equipamento, voltou-se para a questão do serviço militar. Embora previsto na lei de 1908, o

sistema de sorteio militar não havia sido posto em prática até 1916. Concorria para o interesse na implantação do novo sistema a perspectiva da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que atraiu grande número de jovens para a preparação militar. Impulsionada por essa realidade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) promoveu uma campanha nacional visando a criar um clima favorável junto à opinião pública com relação à organização do serviço de recrutamento.

Criada em 7 de setembro de 1916, a LDN teve entre seus fundadores o presidente Venceslau Brás e o próprio marechal Caetano de Faria, que se tornaram respectivamente presidente e um dos vice-presidentes da entidade. O poeta Olavo Bilac, secretário-geral da LDN, liderou a campanha do serviço militar, iniciada ainda em 1915, e como resultado, em 10 de dezembro de 1916, sob sua própria direção, e na presença do presidente da República, foi inaugurado o sistema de sorteio militar no Brasil. Ao tentar trazer para o Exército elementos de todas as classes sociais, essa mudança ia ao encontro da noção de “nação em armas” defendida por Caetano de Faria, segundo a qual as forças armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, seriam “a escola da nação armada” a professar o sentimento de patriotismo e de civismo nacional, já que recrutariam homens de todos os setores da população e de todas as origens sociais. Em 1918, como consequência dessas mudanças, foi extinta a Guarda Nacional.

Além disso, ainda com o intuito de aprimorar a força humana disponível para o Exército, através do Decreto n.º 12.956, de 10 de abril de 1918, procedeu-se à reforma do regulamento dos colégios militares. A alteração, que não rompia com o regulamento anterior, de 1913, redigido por uma comissão cujo presidente fora o próprio Caetano de Faria, consagrava os ideais de profissionalização defendidos pelos “jovens turcos”. A reforma do regulamento significou mais um importante passo para a realização da meta de modernização do Exército brasileiro.

Ainda na gestão de Caetano de Faria no Ministério da Guerra, foi criado o campo de manobras de Gericinó, o 1º Distrito de Artilharia da Costa, o Serviço Rádio Telegráfico do Exército, e foram dados os primeiros passos para a criação da Aviação Militar e do então

Serviço Geográfico Militar.

Como ministro, Caetano de Faria enfrentou também os dois últimos anos da Guerra do Contestado (1912-1916), conflito ocorrido na região de fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina que posteriormente ganhou um aspecto religioso, mas inicialmente foi decorrente de questões ligadas à regularização de terras e envolveu cerca de 20 mil camponeses que, expulsos de suas propriedades para a construção da estrada de ferro ligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enfrentaram forças militares federais e estaduais.

Caetano de Faria deixou o Ministério da Guerra com o fim do governo de Venceslau Brás, em 15 de novembro de 1918, quando passou a pasta ao general Alberto Cardoso de Aguiar. Por decreto de 28 de junho de 1919 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), atual Superior Tribunal Militar. Tomou posse em 2 de julho, e em 7 de janeiro de 1920 passou para a reserva. A partir de então foi alternativamente eleito presidente e vice-presidente do tribunal: presidente de 29 de novembro de 1920 até 28 de novembro de 1922, vice-presidente no biênio 1923-1924, presidente em 1925-1926, e novamente vice-presidente no biênio 1927-1928. Contudo, em virtude da renúncia do então presidente, marechal Feliciano Mendes de Moraes, assumiu novamente a presidência da corte, de 20 de junho de 1927 a 1928. Daí em diante seria três vezes reconduzido à presidência: em 1929-1930, 1931-1932 e 1933-1934. Em 17 de julho desse último ano, em decorrência dos limites impostos pela nova Constituição à idade dos juízes em exercício, passou o cargo a seu substituto legal, o almirante Pedro Max Fernando de Frontin, e no dia 28 do mesmo mês foi aposentado compulsoriamente.

Comandou, também, a Coudelaria Nacional de Saicã, no Rio Grande do Sul. Foi professor de mecânica, geometria analítica e cálculo integral na Escola Militar do Rio Grande do Sul e presidiu a Comissão do Cavalo Nacional Puro-Sangue. Possuía a grã-cruz do Mérito Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 17 de agosto de 1936.

Casado com Isolina Andrade Neves, teve com ela três filhos.

Com a atenção voltada para o universo militar, publicou o *Regulamento para os exercícios da cavalaria brasileira*, em 1908, e o artigo “O oficial como educador”, no *Boletim do Estado Maior do Exército*, em 1912. Em sua homenagem, o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do então Distrito Federal passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria.

Robert Pechman / Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p. 214-215); BIJOS, G. *Clube* (p.134); CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MIL.; *Diário Oficial da União* (8/8/1908. Seção I, p. 237, 12/4/1918. Seção I, p. 5025); *Encic. Mirador Internacional* (v. 9, p. 4789); EXÉR. BRAS. 11.º CENTRO DE TELEMÁTICA. Histórico. Disponível em: <<http://www.11ct.eb.mil.br/historico/principal.html>>. Acesso em: 5/6/2011; EXÉR. BRAS. . COMANDO DA 3.ª REGIÃO MILITAR. *Histórico do Serviço Militar*. Disponível em: <http://www.3rm.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=14>. Acesso em: 5/6/2011; FAGUNDES, L. *Nação*; FERREIRA, B.; MARTINS JR., C. *Sorteio*; *Fluminense* (18/8/1936, p. 1); GIALLOBEL, R. *Memórias* (p.555); *Globo* (17/8/1936, p. 3); *Grande encic. Delta*. (v. 15); *Jornal do Brasil* (18/8/1936, p. 7); *Jornal do Comércio*, RJ (17/8/1936, 19/8/1936, p. 6); LAGO, L. *Conselheiros* (p. 32); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 52); LIGA DEF. NAC. 1.º *Estatuto*. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/primeiroestatuto.htm>>. Acesso em: 5/6/2011; LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 174-177); MARCUSO, M. *Escola*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1897, 1907); NOGUEIRA, F. *Supremo* (v.1, p. 77-85); 1.ª REGIÃO MILITAR. “Galeria”. Disponível em: <<http://www.1rm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>”<<http://www.1rm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>. Acesso em: 30/4/2011; RODRIGUES, F. *Anos*; RODRIGUES, F. *Renovação*; SUP. TRIB. MIL. *Mal. José*; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM* (1808-2011)”. Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.